



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO ESPECIALIZADO 1ª RAJ/7ª RAJ/9ª RAJ
2ª VARA REGIONAL DE COMPETÊNCIA EMPRESARIAL E DE
CONFLITOS RELACIONADOS À ARBITRAGEM
 Praça João Mendes, S/Nº, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11)3538-9433,
 São Paulo-SP - E-mail: 1.7e9raj2vemp@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº: **1000147-05.2023.8.26.0260**
 Classe - Assunto: **Produção Antecipada da Prova - Liminar**
 Requerente: **BANCO BRADESCO S/A**
 Requerido: **B2w - Companhia Global do Varejo e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Andréa Galhardo Palma**

Vistos.

Trata-se de **Ação de Produção Antecipada de Provas com Pedido de Tutela Antecipada** distribuída por **Banco Bradesco S/A** contra **Americanas S/A** e **B2W COMPANHIA DIGITAL**.

Em síntese, alega o autor que é credor da ré Americanas S/A no valor de aproximadamente R\$ 4,7 bilhões (quatro bilhões e setecentos milhões de reais). Aduz que, no dia 11 de janeiro de 2023, a Americanas S/A divulgou fato relevante consistente na identificação de "inconsistências contábeis", proveniente da operação risco sacado, de aproximadamente R\$ 20 bilhões (vinte bilhões de reais), em números preliminares. Sustenta que, a despeito das justificativas apresentadas por representantes da empresa, os diretores, conselheiros, acionistas e auditores permitiram que uma fraude contábil de gigantesca dimensões ocorresse em uma das maiores empresas do Brasil. Nesse quadro, o banco autor fundamenta seu interesse e legitimidade para ajuizamento desta ação, por ser tratar do principal credor da Americanas S/A no chamado risco sacado (*forfait*), operação cuja contabilização equivocada na companhia supostamente seria origem da fraude financeira. Ressalta que as operações de risco sacado são quase integralmente desprovidas de garantia de qualquer natureza e que a celebração do "*Convênio para Realização de Operações de Cessão de Crédito de Fornecedores, Reconhecimento de Obrigações e Outras Avenças*" se deu em razão da fama de boa pagadora da companhia ré, que sempre foi vista como uma companhia sólida, saudável com elevado nível de distribuição de dividendos e cujas demonstrações contábeis eram chanceladas por renomadas auditorias.

Assim, considerando os indícios significativos de fraude contábil, exaustivamente noticiados na mídia nacional, o banco autor sustenta que é necessário identificar e demandar os agentes individuais que contribuíram para a consumação da fraude: os administradores, que participaram da elaboração das demonstrações financeiras adulteradas e os acionistas, que aprovaram referidos documentos financeiros.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO ESPECIALIZADO 1ª RAJ/7ª RAJ/9ª RAJ
2ª VARA REGIONAL DE COMPETÊNCIA EMPRESARIAL E DE
CONFLITOS RELACIONADOS À ARBITRAGEM
 Praça João Mendes, S/Nº, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11)3538-9433,
 São Paulo-SP - E-mail: 1.7e9raj2vemp@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A autora destaca a necessidade de produção antecipada de provas para que seja garantido a um dos maiores credores da ré Americanas S/A, que promova a realização de provas periciais na companhia com o objetivo de esclarecer a origem dos vícios observados na contabilidade e, sobretudo, verificar a participação de administradores e acionistas da ré (por ação ou omissão) na alegada fraude contábil.

Sustenta, assim, a incidência da hipótese de ação de produção antecipada de provas prevista no artigo 381, III, do Código de Processo Civil. Isto porque, as provas produzidas no bojo das perícias requeridas poderão ensejar o ajuizamento de ação individualizadas contra eventuais participantes da fraude. Mais especificamente, a parte autora sustenta a possibilidade de ajuizamento de ação de desconsideração da personalidade jurídica, com fulcro no art. 50 do Código Civil. Já em relação aos administradores, a parte autora pugna pela responsabilização pelos danos causados a terceiros, nos termos do artigo 159, §7º, da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades Anônimas). E sustenta, ainda, a possibilidade de ajuizamento de ação contra os acionistas controladores em razão de danos causados por atos praticados com abuso de poder, prevista no artigo 117, da Lei nº 6.404/1976.

Requer, assim, a realização de **(i)** prova pericial contábil, que apure as causas específicas da fraude contábil e seu verdadeiro alcance e impacto na situação econômico-financeira da companhia e **(ii)** prova pericial "forense", que apure os agentes da ré que orientaram a prática de fraude e que dela participaram por ação ou omissão. Para que sejam preservadas as provas, requer que **(a)** sejam prontamente nomeados os peritos responsáveis por cada uma das perícias especificadas, para que deem início às atividades periciais no âmbito da ré; e **(b)** que seja deferida a liminar de busca e apreensão *"para que todas as caixas de e-mail institucionais dos (b.i) diretores da Americanas, dos atuais e dos que ocuparam tais cargos pelos últimos dez anos; (b.ii) membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria da Americanas, dos atuais e dos que ocuparam tais cargos nos últimos dez anos; bem como (b.iii) dos funcionários da área de contabilidade e de finanças da companhia, dos atuais e dos que ocuparam tais cargos pelos últimos dez anos, sejam devidamente copiadas, para que seus backups sejam armazenados junto a esse MM. Juízo, com o fim de preservar a prova a ser objeto da perícia investigativa que aqui se pede para a verificação dos detalhes da fraude."*

Juntou documentos às fls. 38/208.

Em decisão de fls. 209, I. Magistrado a que a causa foi originalmente distribuída declarou suspeição por motivo de foro íntimo sendo determinada a redistribuição do feito a esta



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO ESPECIALIZADO 1ª RAJ/7ª RAJ/9ª RAJ
2ª VARA REGIONAL DE COMPETÊNCIA EMPRESARIAL E DE
CONFLITOS RELACIONADOS À ARBITRAGEM
 Praça João Mendes, S/Nº, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11)3538-9433,
 São Paulo-SP - E-mail: 1.7e9raj2vemp@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

magistrada.

Às fls. 213 sobreveio pedido de habilitação das corrés. Nesta manifestação, requerem concessão de prazo de 05 (cinco) dias para manifestação sobre o pedido liminar.

É o relatório.

Decido.

1) O valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) atribuído à causa, certamente, não corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão.

Embora o C. STJ reconheça a autonomia, em tese, do valor dos procedimentos cautelar e principal, entendo, no presente caso, que o provimento jurisdicional perseguido em sede ação de produção antecipada de provas equivale em valor àquele a ser buscado em eventual demanda principal de reparação de danos contra os potenciais responsáveis pela alegada fraude contábil. O valor atribuído à causa, portanto, há que ser corrigido. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. MEDIDA CAUTELAR. VALOR DA CAUSA. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. BENEFÍCIO ECONÔMICO ALMEJADO. AUTONOMIA. AÇÃO PRINCIPAL. SÚMULA Nº 83/STJ. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). 2. Não há ofensa ao art. 535, I e II, do CPC/1973 se o tribunal de origem se pronuncia fundamentadamente a respeito das questões postas a exame, dando suficiente solução à lide. 3. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que o processo cautelar tem autonomia em relação ao processo principal quanto à fixação do valor da causa, o qual deve retratar, como nas demais ações, a vantagem pretendida com a medida. 4. Em algumas situações, como é o caso dos autos, o valor da causa na ação principal e na ação cautelar se equiparam, pois os benefícios econômicos pretendidos são correspondentes. 5. Agravo interno não provido. [STJ; Terceira Turma; AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.567.495 RJ; Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA; j. 10/04/2018]

Assim, com fundamento no art. 292, §3º, do Código de Processo Civil, **determino a correção de ofício o valor da causa para R\$ 4.700.000.000,00 (quatro bilhões e setecentos milhões de reais)**, valor dos créditos de titularidade do autor Bradesco, que seriam afetados, em tese, pela fraude alegada pelo autor e seriam objeto de ações reparatórias; e determino o recolhimento da diferença das custas iniciais, **em 48 (quarenta e oito) horas**, sob pena de cancelamento da distribuição e cessação de eficácia da medida liminar abaixo concedida.

Ainda, **determino que, no igual prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a parte autora regularize o instrumento de procuração (fls. 48/49) e documentos societários (fls.**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO ESPECIALIZADO 1ª RAJ/7ª RAJ/9ª RAJ
2ª VARA REGIONAL DE COMPETÊNCIA EMPRESARIAL E DE
CONFLITOS RELACIONADOS À ARBITRAGEM
 Praça João Mendes, S/Nº, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11)3538-9433,
 São Paulo-SP - E-mail: 1.7e9raj2vemp@tjssp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

50/64).

2) Em sede de cognição sumária, à luz dos fatos narrados pelo autor na exordial e informações exaustivamente veiculadas na mídia nacional e acostadas a estes autos (e.g. fls.101/112; fls. 128/130; fls. 132/138; fls. 140/142; fls. 149/152; fls. 154/157), verifico que estão presentes os requisitos de admissibilidade para a ação de produção antecipada de prova previstos nos artigos 381 e seguintes do Código de Processo Civil. Vejamos.

O artigo 381, do Código de Processo Civil, prevê três hipóteses de cabimento da propositura de ação destinada à produção antecipada de prova:

Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que:

I - haja fundado receio de que venha a tornar-se impossível ou muito difícil a verificação de certos fatos na pendência da ação;

II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

III - o prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento de ação.

Pois bem.

Conforme afirmado na inicial (fls. 30/33), busca o autor com a presente ação obter o prévio conhecimento dos fatos que possam justificar ou evitar o ajuizamento de ação, enquadrando-se, portanto, na hipótese do inciso III, do artigo 381, do Código de Processo Civil. Mais especificamente, com esta ação procura o autor a produção de provas periciais aptas a ensejar, em tese, o ajuizamento de ações contra eventuais participantes de alegada fraude contábil perpetrada no âmbito da Americanas S/A, cujos efeitos atingiram não só o autor, mas uma extensa cadeia de fornecedores, acionistas, credores e o mercado financeiro brasileiro direta e indiretamente, sendo legítima preservação do frescor da prova visando a prevenção de direitos reparatórios futuros, considerando ainda que a empresa Americanas está em confessada crise financeira, e protegida pelo *stay period* deferido em sede de recuperação judicial.

Com efeito, assiste razão a parte autora ao sustentar que as provas periciais a serem produzidas podem justificar **(i)** o ajuizamento de ação de desconsideração da personalidade jurídica, com fulcro no art. 50 do Código Civil; **(ii)** o ajuizamento de ação de responsabilização dos administradores da companhia ré pelos danos causados a terceiros, nos termos do artigo 159, §7º, da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades Anônimas); e **(iii)** o ajuizamento para responsabilização



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO ESPECIALIZADO 1ª RAJ/7ª RAJ/9ª RAJ
2ª VARA REGIONAL DE COMPETÊNCIA EMPRESARIAL E DE
CONFLITOS RELACIONADOS À ARBITRAGEM
 Praça João Mendes, S/Nº, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11)3538-9433,
 São Paulo-SP - E-mail: 1.7e9raj2vemp@tjisp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

pelos contra os acionistas controladores em razão de danos causados por atos praticados com abuso de poder, prevista no artigo 117, da Lei nº 6.404/1976.

Desse modo, é nítida a subsunção do caso em tela à norma estabelecida no artigo 381, inciso III, do Código de Processo Civil. Cumpre, ainda, ressaltar, que a nova disciplina da ação de produção antecipada de provas inaugurada com o Código de Processo Civil de 2015 afasta os requisitos de perigo na demora ou do risco de perecimento da prova. É neste sentido a doutrina e jurisprudência pátria:

*[...] Todavia, a maior inovação do CPC/2015 com relação ao instituto da produção antecipada da prova se relaciona à criação e conseqüente ampliação das suas hipóteses de cabimento, inclusive com a previsão de situações nas quais o adiantamento da atividade probatória não está condicionado à demonstração do risco de perecimento do meio de prova. Essas novas modalidades são justamente aquelas que assemelham a produção antecipada da prova à técnica americana do discovery. (NETO, M., (org.), **Processo civil contemporâneo: homenagem aos 80 anos do professor Humberto Theodoro Júnior** - Rio de Janeiro: Forense, 2018, p. 373)*

Quanto à análise de competência, reconheço que a adequação da propositura da ação neste Juízo é justificada por dois fatores. De um lado, verifica-se que o instrumento contratual (fls. 114/123) que regulamenta a relação jurídica entre as partes e que conferiu ao autor Bradesco a condição de credor da companhia e, conseqüente, legitimado ativo (em tese) para propositura das ações de responsabilização acima descritas, elege como foro para dirimir quaisquer controvérsias a Comarca de Osasco, abrangido, assim, pela jurisdição desta Vara Empresarial Regional.

Não há que se falar em atração de competência do Juízo Recuperacional para julgamento de ações de conhecimento que têm, como uma das causas de pedir, a relação jurídica estabelecida no instrumento contratual acima mencionado. De outro, verifica-se que as partes, com base na mesma cláusula de eleição de foro, anuíram ainda que tacitamente, com a possibilidade ajuizamento da presente demanda (e de outras sobre o objeto do contrato) perante este foro regional, reconhecendo portanto a conveniência da produção das provas requeridas no Estado de São Paulo. Logo a cláusula de eleição de foro prevalece sobre a regra geral prevista no art.381,§2º, do CPC prevista no procedimento de antecipação de prova.

Assim, todos os fatores em conjunto supramencionados justificam, em juízo de cognição sumária, o reconhecimento da competência territorial deste Juízo para tramitação do feito. Em sentido análogo, destaca-se precedente deste E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO ESPECIALIZADO 1ª RAJ/7ª RAJ/9ª RAJ

2ª VARA REGIONAL DE COMPETÊNCIA EMPRESARIAL E DE
CONFLITOS RELACIONADOS À ARBITRAGEM

Praça João Mendes, S/Nº, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11)3538-9433,
São Paulo-SP - E-mail: 1.7e9raj2vemp@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Produção antecipada de provas, ajuizada por ex-sócia de sociedade de advogados na Comarca da Capital. Pedido de expedição de ofícios a clientes atendidas pela autora enquanto integrava a sociedade, para exibição de comprovantes de pagamentos de honorários. Documentação que poderá instruir eventual ação de apuração de haveres. Decisão que reconheceu incompetência territorial, determinada redistribuição para o foro da sede da sociedade, Campinas. Agravo de instrumento da requerente. Cabimento de agravo de instrumento, a despeito do tema não integrar o rol do art.1.015, CPC, que é de taxatividade mitigada. Efetivamente, a apreciação do tema da *competência* somente a final, como preliminar de apelação, poderia importar em reconhecimento de nulidade, contrariamente aos princípios da efetividade e da celeridade processuais. Juízo competente para apreciação de *produção antecipada de prova*. O art. 381, §2º, do CPC, é regra especial de *competência*, que prevalece sobre a regra geral do art. 53, III, "a", do mesmo Código. Possibilidade de o autor escolher entre o local onde será produzida a prova e o domicílio do réu. Princípios da *competência* adequada e da boa-fê processual que privilegiam a escolha do foro onde ocorrerá a produção da prova. Doutrina de EDUARDO TALAMINI, FREDIE DIDIER JUNIOR, PAULA BRAGA e RAFAEL DE OLIVEIRA. Julgados deste Tribunal no mesmo sentido. Interpretação em consonância com o art.75, § 1º, do Código Civil: 'Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos praticados'. E, ainda, com a Súmula 363 do STF: 'A pessoa jurídica de direito privado pode ser demandada no domicílio da agência ou estabelecimento, em que se praticou o ato.' *Produção antecipada de prova* anterior, sendo as partes as mesmas, que tramitou na comarca da Capital, sem que fosse suscitada sua incompetência. Reforma da decisão recorrida. Agravo de instrumento provido. (Agravo de Instrumento nº 2077519-51.2022.8.26.0000, Des. Rel. César Ciampolini, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, j. 17/08/2022).

Diante do exposto, em sede de cognição sumária, **RECONHEÇO O CABIMENTO** da presente ação. Passarei agora à análise dos pleitos formulados em sede de tutela de urgência.

3) Às fls. 36/37, a parte autora requer, em síntese, a produção de prova pericial contábil que apure as causas específicas da alegada fraude contábil e seu verdadeiro alcance e impacto na situação econômico-financeira da companhia e e prova pericial forense que apure os agentes da ré que orientaram a prática de fraude e que dela participaram por ação ou omissão.

O banco autor alega ainda que diante do risco de perecimento das provas, é necessário deferimento de tutela de urgência para que (i) sejam prontamente nomeados os peritos responsáveis por cada uma das perícias especificadas, para que deem início às atividades periciais no âmbito da ré; e (b) que seja deferida a liminar de busca e apreensão "*para que todas as caixas de e-mail institucionais dos (b.i) diretores da Americanas, dos atuais e dos que ocuparam tais cargos pelos últimos dez anos; (b.ii) membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria da Americanas, dos atuais e dos que ocuparam tais cargos nos últimos dez anos; bem como (b.iii) dos funcionários da área de contabilidade e de finanças da companhia, dos atuais e dos que ocuparam tais cargos pelos últimos dez anos, sejam devidamente copiadas, para que seus*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO ESPECIALIZADO 1ª RAJ/7ª RAJ/9ª RAJ
2ª VARA REGIONAL DE COMPETÊNCIA EMPRESARIAL E DE
CONFLITOS RELACIONADOS À ARBITRAGEM
 Praça João Mendes, S/Nº, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11)3538-9433,
 São Paulo-SP - E-mail: 1.7e9raj2vemp@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

backups sejam armazenados junto a esse MM. Juízo, com o fim de preservar a prova a ser objeto da perícia investigativa que aqui se pede para a verificação dos detalhes da fraude."

A despeito do requerimento de concessão de prazo de 05 (cinco) dias para apresentação de justificativa prévia feito pela parte ré às fls. 213, **NECESSÁRIA** se faz a concessão da tutela de urgência pleiteada pela parte autora *inaudita altera pars*.

Isto porque, no presente caso resta evidente preenchimento dos requisitos legais previstos no artigo 300, do Código de Processo Civil, para concessão da medida de urgência, em caráter liminar, quais sejam: **(1) probabilidade do direito;** e **(2) risco de dano de pericimento do próprio direito ou ao resultado útil do processo.**

A probabilidade do direito restou comprovada pela análise feita na item 2 (supra) acerca do cabimento desta ação de produção antecipada de prova, nos termos do artigo 381, III, do Código de Processo Civil.

Já o risco de pericimento do próprio direito ou ao resultado útil do processo também foi devidamente demonstrado pela autora, notadamente nas fls. 34/36.

Como já destacado, o presente caso recai sobre as consequências jurídicas e econômicas decorrentes da divulgação das mencionadas "inconsistências contábeis", confessadamente no montante de R\$ 20 bilhões (Fato Relevante – fls.78/79).

Tem sido veiculado diariamente nos meios de comunicação as suspeitas de contundente fraude financeira, a atingir uma cadeia volumosa de fornecedores, bancos e acionistas minoritários. Neste quadro, diante da magnitude do fato e potencial responsabilização individual dos agentes envolvidos nas fraudes suspeitas, é razoável supor que provas relevantes e necessárias para verificar a ocorrência de fatos ilícitos correm risco de pericimento. Ainda que a companhia ré tenha supostamente adotado medidas para realizar a apuração dos fatos, como a criação de "Comitê Independente" (fls. 78/79), diante da elevada possibilidade de responsabilização individual em diversas esferas (criminal, administrativa, cível) dos agentes envolvidos com a suposta fraude, não são improváveis os riscos de destruição ou inutilização de provas documentais como "e-mails, ofícios, relatórios internos, etc".

Por essa razão, **é de rigor o deferimento da medida de busca e apreensão** para que todas as caixas de e-mail institucionais dos (i) diretores da Americanas, dos atuais e dos que ocuparam tais cargos pelos últimos 10 (dez) anos; (ii) membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria da Americanas, dos atuais e dos que ocuparam tais cargos nos últimos 10 (dez) anos; bem como (iii) dos funcionários da área de contabilidade e de finanças da companhia,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO ESPECIALIZADO 1ª RAJ/7ª RAJ/9ª RAJ
2ª VARA REGIONAL DE COMPETÊNCIA EMPRESARIAL E DE
CONFLITOS RELACIONADOS À ARBITRAGEM
 Praça João Mendes, S/Nº, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11)3538-9433,
 São Paulo-SP - E-mail: 1.7e9raj2vemp@tjssp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

dos atuais e dos que ocuparam tais cargos pelos últimos 10 (dez) anos, sejam devidamente copiadas, para que seus backups sejam armazenados junto a esse MM. Juízo.

Esta decisão servirá como **mandado-ofício**.

Expeça-se a precatória para cumprimento do ato, COM URGÊNCIA, providenciando o autor o seu encaminhamento.

Para acompanhar a diligência e, posteriormente, conduzir a produção das provas periciais, NOMEIO **Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda**, código: 63134, e-mail: lutz.kuehne@br.ey.com, telefone: (11) 25734097, para realização da perícia contábil; e NOMEIO a *expert* em investigações corporativas, Dra. Patrícia Punder, e-mail: patricia@punder.adv.br, para realização da perícia investigativa.

Intimem-se os peritos para, **no prazo de 48 (quarenta e oito) horas**, informarem se aceitam o encargo e apresentarem estimativa de honorários.

Faculto às partes o oferecimento de quesitos e a indicação de assistentes técnicos, no prazo legal.

4) Considerando o comparecimento espontâneo das corrés às fls. 213, solicitando a habilitação, **DOU-LHES POR CITADA** (art. 239, §1º, do Código de Processo Civil), e observando-se o disposto no artigo 382, §1º, do CPC **INTIMO-AS** para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentem resposta (Contestação, etc.) sobre os pedidos de produção antecipada de provas.

Cumpra-se.

Int. e Dil.

São Paulo, 24 de janeiro de 2023.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**